



OPERAÇÃO FAIR PLAY

14/10/2022

Manaus/AM - A Polícia Federal deflagrou na manhã desta sexta-feira, 14/10, a Operação Fair Play, para reprimir crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a economia popular, lavagem de dinheiro e organização criminosa, apurados no período de 2021 a 2022 e que ainda persistem. Ao todo, estão sendo cumpridos, por aproximadamente 55 policiais federais, 07 mandados de prisão temporária e 18 ordens judiciais de busca e apreensão nas cidades de Manaus/AM, Boa Vista/RR, Belém/PA e Natal/RN. Além dos mandados, foi determinado o bloqueio de bens e valores das pessoas físicas e jurídicas investigadas, tal como o sequestro de bens móveis e imóveis que, eventualmente, estejam em sua posse.

Após a instauração de Inquérito Policial para apurar os fatos, a Polícia Federal confirmou que a empresa investigada busca atrair, em especial, servidores públicos e aposentados. Ao longo das investigações, foi possível apurar que a empresa investigada compunha grupo empresarial que atuaria nos mais diversos segmentos comerciais, que envolviam desde à promoção de eventos a fim de divulgar suas atividades, a exemplo da realização de shows com atrações nacionais na cidade de Manaus/AM, campeonatos de pescaria, patrocínio de equipe de e-sports, até a compra e venda de automóveis.

Vale ressaltar que a Polícia Federal constatou que, em um período de dois anos, o grupo empresarial investigado movimentou, aproximadamente, R\$ 156 milhões. Os sócios e representantes, por sua vez, apresentaram evolução patrimonial meteórica, enquanto ostentavam um alto padrão de vida em redes sociais, residindo em



Nota à Imprensa

condomínios de luxo, realizando viagens nacionais e internacionais e adquirindo veículos e embarcações também de luxo.

O nome da operação é uma alusão à conduta ética exigida na prática de esportes, que preza pela atuação em conformidade com as regras estabelecidas. Da mesma forma, essa operação policial tem como objetivo revelar a atuação irregular de grupo empresarial no ramo de investimentos financeiros, fornecendo aos órgãos de controle e regulação subsídios para repressão administrativa, cível e penal.

Os crimes em apuração vão desde crimes contra o sistema financeiro, contra a economia popular, lavagem de dinheiro a organização criminosa, dentre outros, cujas penas máximas somadas ultrapassam 30 anos de prisão.

Comunicação Social

Superintendência Regional de Polícia Federal no Amazonas

Telefone: (92) 3655-1548

cs.sram@pf.gov.br